

UNIVERSIDADE TIRADENTES

**CILEIDE DA CUNHA GOMES
ELAINE BIRIBA ARAÚJO
SILVIA SHEILIANE DE OLIVEIRA SILVA**

**O CONTRIBUTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS PARA O CENÁRIO EDUCACIONAL
BRASILEIRO**

Aracaju
2007

CILEIDE DA CUNHA GOMES
ELAINE BIRIBA ARAÚJO
SILVIA SHEILIANE DE OLIVEIRA SILVA

**O CONTRIBUTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS PARA O CENÁRIO EDUCACIONAL
BRASILEIRO**

Artigo científico apresentado à
Universidade Tiradentes como pré-
requisito parcial para obtenção do grau
de Licenciatura Plena em Pedagogia
sob a orientação do professor José
Lourenço de Souza Junior.

Aracaju
2007

O CONTRIBUTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA O CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

ARAÚJO, Elaine Biriba

Acadêmica do 6º período do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes

GOMES, Cileide da Cunha

Acadêmica do 6º Período do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes

cileidesesi@se.senai.com.br

SILVA, Silvia Sheiliane de Oliveira

Acadêmica do 6º Período do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes

ssheiliane@hotmail.com

JUNIOR, José Lourenço de Souza (orientador)

Graduado em Pedagogia e Direito, Especialista em Políticas Educativas, professor dos Cursos de Pedagogia e Direito da Universidade Tiradentes.

lourenco.aju@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo pretende mostrar um panorama da Educação de Jovens e Adultos no cenário brasileiro. Para consecução deste trabalho foi utilizada a metodologia baseada na pesquisa bibliográfica, onde iremos pesquisar em livros, revistas e internet. Considerando uma concepção de educação, que analisa ao mesmo tempo os aspectos políticos pedagógicos da ação didática do professor e seu compromisso social, sobretudo em face do viés especial da educação de jovens e adultos. Esta concepção se fundamenta numa perspectiva que tem sido adotada por educadores e educadoras que acreditam e trabalham pela formação da pessoa humana, numa perspectiva libertadora.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Educação; Jovens e Adultos.

INTRODUÇÃO

O tema escolhido é de fundamental importância, pois descreve a Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, uma vez que o analfabetismo é fruto dessa sociedade desigual e injusta em que vivemos.

A consequência da injustiça praticada pela classe letrada contra a classe excluída do letramento, vem sendo objeto de diversas campanhas e programas. A relevância desse estudo está no fato de se acreditar que a alfabetização de jovens e adultos só tem sentido se for capaz de promover a auto-estima necessária a estes que não se acham capazes de exercer a cidadania, pelo simples fato de lhes terem negado o acesso ao aprendizado escolar, seja, por ter arrumado um emprego e não ter tempo para estudar, uma gravidez na adolescência e outros fatores. O ponto de partida desta investigação é o princípio de que a educação não se dá espontaneamente, pois necessita de habilidades e competências que não podem ser adquiridas natural e espontaneamente pelo aprendiz, daí a importância do estímulo a esses alunos.

Pode-se então conceituar a Educação da Eja como uma prática pedagógica que visa, em um primeiro momento, a transformação dos conteúdos da consciência e, em um segundo, a modificação da conduta pela ação. No que toca ao primeiro momento, sendo a realidade social o objeto desta prática, é fundamental modificar-se (reconstruir-se) a percepção fragmentada e foquista desta realidade, para alcançar uma compreensão da sociedade capitalista, enquanto totalidade determinada essencialmente pela contradição entre capital e trabalho.

Por outro lado, se a Educação de Jovens e Adultos, mas do que uma troca de saberes, é entendida como um processo de produção de conhecimentos, orientados a

transformação, o saber popular torna-se então a mesma matéria- prima do processo, o objeto primeiro da educação.

Muito contribuiu para cristalizar esta visão ideológica a prática do MOBREAL. De um lado, centralizadora e, de outro, de baixa qualidade, o planejamento das ações do MOBREAL, desde a sua criação até o final da década de 70, foi orientada pelo “caráter nacional dos programas, com conteúdos únicos para todo o território nacional, material didático e mecanismos de atuação padronizados, visando atingir o maior número de pessoas com custos reduzidos”.

Por isso, negar a educação a quem quer que seja, por razões econômicas ou ideológicas, religiosas ou racionais, políticas ou culturais é um ato de violência que limita o ser, que o interdita, que lhe nega a cidadania (FREIRE, 2004, p. 48).

A Lei nº 9394/96, em seus artigos 37 e 38, também prevê que os jovens e adultos poderão concluir os ensinos fundamental e médio pela via dos cursos e exames supletivos, à semelhança do que prescrevia a Lei nº 5.692/71 para o ensino de 1º e 2º graus. Conteúdos, para os exames supletivos alternam-se as idades mínimas; nos exames de conclusão do ensino fundamental poderão se inscrever os maiores de quinze anos e para o ensino médio os maiores de dezoito. Anteriormente, vigoravam as idades de dezoito anos para o Ensino de 1º grau e vinte e um para o de 2º grau.

Assim, os cursos e exames supletivos continuam sendo alternativa ou modalidade de ensino para prosseguimento de estudos e conclusão da educação básica.

A apreensão da psicogênese da alfabetização e a sua aplicação em sala de aula implicam, portanto, numa mudança radical de ótica a respeito da aprendizagem. Na psicogênese se descobre que há uma forma específica de apropriação de conhecimentos que não coincidem com a lógica da sistematização dos conteúdos, tal como aparece nas ciências constituídas. Assim, a lógica que preside a compreensão de um adulto sobre o que é ler e que

se concretiza na seqüência metodológica das Cartilhas, não corresponde nem de perto à trajetória que segue uma pessoa que se alfabetiza.

A concepção atual de alfabetização é que ela não é apenas um instrumento para a aquisição do domínio da leitura e da escrita, mas a capacidade de usar essa habilidade no desenvolvimento pessoal e coletivo com vistas à construção de uma sociedade mais justa.

Comumente, a alfabetização de jovens e adultos significa aquisição mecânica de conhecimentos, mas tal processo automático não os habilita a serem agentes transformadores, uma vez que serve apenas para dar respostas às estatísticas.

O analfabetismo ainda é um dos problemas da atualidade, persistindo em vários países inclusive no Brasil com a falta de recursos que se encontra as escolas com relação ao ensino da EJA.

A melhoria da qualidade de vida destas pessoas passa pela alfabetização e pela continuidade dos seus estudos. Essa alfabetização visa principalmente o fortalecimento da capacidade dos indivíduos de ter acesso a melhores condições profissionais, bem como o desenvolvimento integral dos alunos. Tendo em vista o aperfeiçoamento da compreensão de si mesmo e do meio em que vivem, e a melhoria de suas condições de vida no âmbito social e cultural que os torne partícipes de uma sociedade em constante mudança.

Pretendemos contribuir com estes estudos para um Brasil com menor índice de analfabetismo, também proporcionando a realidade educacional desta modalidade de ensino, e motivando a todos os responsáveis por esta modalidade de educação, para que realmente continuem fazendo com que o ensino da EJA cresça e melhore a cada ano, pois esta é uma modalidade de inclusão social para todos.

A alfabetização é o alicerce da formação escolar, na qual o indivíduo está desenvolvendo e adquirindo o espírito de justiça, respeito e igualdade, por isso a importância

de uma boa qualidade no processo de formação de professores já que esta é uma questão chave para o processo de ensino aprendizagem.

Com tudo isso a EJA caracteriza-se por um modelo de educação que deve suprir as dificuldades desses alunos, preparando-os para serem cidadãos críticos e conscientes. Este modelo constitui-se de uma educação fragmentada e conteudista contribuindo para a manutenção da subescolarização das pessoas e para a ampliação da demanda do EJA.

A alfabetização muitas vezes se reduz a um ato mecânico de “depósito” de palavras e sílabas, sem o atendimento do contexto, ou seja, muitos professores utilizam a cartilha ou os seus métodos limitando o aluno a juntar sílabas deixando de lado o desenvolvimento e a capacidade de interpretação.

Esta modalidade de hoje aparece como tema relevante nos compromissos públicos a serem assumidos pelo governo e toda sociedade brasileira, tendo em vista a superação de seus maiores desafios que são a erradicação do analfabetismo e o aumento da escolarização de jovens e adultos.

O mercado de trabalho exige cada vez mais pessoas qualificadas para serem inseridas, por isso precisamos de uma política de desenvolvimento voltada para importância das habilidades nos quais os alunos da EJA necessitam de meios facilitadores do engajamento social e político enquanto cidadão atuante na sociedade.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL AOS JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL E EM SERGIPE.

O analfabetismo de jovens e adultos caracteriza-se pelo processo de exclusão em que vive parte significativa da população brasileira. A essa exclusão, associa-se a baixa renda e o desemprego, dentre outros. Para a Secretaria do Estado da Educação do Paraná, os jovens e adultos não alfabetizados são aqueles que não escreve alfabeticamente, ou seja, conhece as letras, mas não articula em textos significativos, escreve somente o nome e textos cartilhescos, ou seja, frase e palavras soltas reproduzidas mecanicamente (PARANÁ, 2003).

Atualmente, no Paraná começam a ocorrer movimentos de reestruturação à partir de novas prioridades estabelecidas pelo atual governo, as quais definem a ação do Estado em seus diversos níveis de atuação.

O processo de metodologia de alfabetização significa desenvolver as habilidades de ler e escrever, contar e calcular. Inicia-se antes mesmo do aluno ingressar na escola e acontece em ritmos distintos, obedecendo as diferenças pessoais e a singularidade das experiências vivenciadas por cada uma dessas pessoas.

Outro fator primordial nesta proposta é o resgate da identidade de cada um, isto se fará, primordialmente, através de atividades que possibilitem a aprendizagem do nome, como forma de estimular a auto-confiança e valorização. A organização dos alunos em pequenos grupos será uma forma de operacionalizar a interação entre os mesmos, a qual é a base da epistemologia e que aprende-se em interação com os demais, o que se deduz do princípio ainda mais amplo que se aprende resolvendo problemas (FUCK, 1996, p. 28 à 29).

Há muitos anos a Secretaria de Estado da Educação de Sergipe vem buscando amenizar a situação do analfabetismo entre os jovens e adultos que freqüentam a escola, mas ainda não conseguem ler e escrever.

No ano de 1996 com a publicação da nova LDB, Lei nº 9394/96, a oferta de educação básica deixou de ser uma atribuição só dos poderes públicos para tornar-se responsabilidade de todos os segmentos sociais. O documento acena para as parcerias com a sociedade civil organizada com o intuito de universalizar o direito de acesso e permanência e garantir a qualidade de ensino através da implementação de políticas educacionais.

Em Santa Catarina, todo o ano acontece um Fórum Estadual de educação de Jovens e Adultos (FEEJA), onde é tratada a educação que sugere políticas a EJA para o Estado de Santa Catarina, como: implementar o Plano Estadual de Educação, estimular a política das parcerias entre instituições e o planejamento estratégico, realizar as metas estabelecidas pela Declaração de Hamburgo, documento da UNESCO publicado em 1997 na Alemanha para nortear as políticas da EJA no início do 3º milênio, assegurar a qualidade de educação ofertada, universalizar o atendimento a todos os segmentos que dela necessitam, contribuir para o acesso de jovens e adultos a programas de Educação profissional, desenvolver ações no sentido de implementar a Educação Permanente, socializar a legislação de ensino e a troca de experiências entre os educadores da EJA entre outros.

Em Sergipe tivemos no segundo semestre do ano de 2005 o Telecongresso Internacional de Jovens e Adultos, que foi promovido pela instituição de ensino SESI. E teve como tema Nova Mídia e Educação: Incluir na sociedade do conhecimento.

Tecnologias em educação são relevantes se puder contribuir com processos educativos, sem subverter a relação de meio e fim. É claro que este é o ponto de vista do educador. Do ponto de vista do mercado, o carro chefe será tecnologia e educação virá arrastada atrás. É preciso não perder de vista que, em nossa cultura, produção de tecnologias inovadoras, além de ser círculo virtuoso (produção e tecnologia se reforçam e reinventam), é o signo da regulação socioeconômica maior. Por isso, geralmente ocorre descompasso muito difícil de superar enquanto os meios andam a velocidade da luz e se inovam, não só sem

parar, mas cada vez mais rapidamente, a pedagogia vai a passos lentos, devagar, quase parando. Talvez se pudesse alegar que, na educação a distância, o que mais falta faz é pedagogia, do que decorre, que aprendizagem comparece massacrada pelos meios, residual, eventual.

(...) a prática educativa que, coerente com o ser que estamos sendo, desafia a nossa curiosidade crítica e estimula o nosso papel de sujeito do conhecimento e da reinvenção do mundo. Esta, no meu entender, é a prática educativa que vem sendo exigida pelos avanços tecnológicos que caracterizam o nosso tempo (FREIRE, 2004).

Ora, alfabetizar alunos de classes populares é possível se a educação for realmente valorizada, pagando-se salários dignos aos professores, garantindo condições adequadas de aprendizagem nas escolas, com prédios decentes e com materiais didáticos, com a busca de vivências de relações democráticas no interior das mesmas, mas, sobretudo, com clima permanente de aprendizagem para os professores, porque “só ensina quem aprende”. Os professores tem que ter acesso as teorias mais atualizadas sobre como se aprende , as descobertas extraordinárias que os avanços em vários ramos do conhecimento ensejaram sobre o aprender e o não- aprender, dando inclusive a didática o estatuto de um campo científico próprio, da maior utilidade e atualidade.

O sistema de ensino brasileiro possui uma rede de autoridades, quer nos refiramos a todo o sistema escolar de ensino do país, que nos detenhamos no nível de uma unidade escolar, há sempre uma hierarquia de autoridades e de repartições, em seus diferentes níveis de ação, com suas funções claramente definidas. Por analogia, pode-se comparar essa rede ou sistema hierárquico de autoridade com a figura de uma pirâmide, onde se coloca a autoridade suprema no topo e que é em número bem reduzido e os subordinados nos diversos níveis da mesma e que são em número cada vez maior, até atingir as unidades escolares do sistema.

Uma possível conclusão, a partir do que vimos acima, é de que a formação no ensino superior, sobretudo os cursos de pedagogia e licenciaturas, significando neste caso

uma dimensão da educação continuada que se dá durante toda a vida do adulto, necessita voltar-se para as suas próprias práticas, orientando o seu olhar reflexivo para a organização do seu trabalho pedagógico, e contemplando principalmente, cursos, estudos e pesquisas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, o que acontece ainda de forma muito incipiente em todo o Brasil.

Importância especial foi dada à explicitação do significado de educação continuada enquanto atualização de conhecimentos, repensar as suas práticas docentes para formar o cidadão crítico e reflexivo. Podemos observar que a educação continuada se faz sempre mais presente porque é no processo mesmo da ação didático-pedagógica que as dificuldades do educador e do educando se apresentam, logo, a garantia da educação continuada como direito previsto na própria LDB 9394/96, encontra-se, devidamente institucionalizada e não tem tido o devido reflexo nas práticas escolares e nas redes de ensino pelo país, precisando ser revertido mediante uma organização do trabalho pedagógico voltado também à exigência do cumprimento deste direito por parte dos governos, nos seus diferentes níveis.

E tal necessidade é comum a qualquer processo educativo, isto é, aplica-se igualmente às instituições da sociedade civil que desenvolvem projetos educacionais em nível formal ou informal.

A dimensão política da educação é bastante enfatizada, como já citamos anteriormente, à superação da educação de jovens e adultos como simples treinamento ou qualificação profissional para o mercado de trabalho e a necessidade de ampliação dos processos de formação e educação continuada dos educadores. Importante destacar a necessidade apontada de repensarmos a função da educação no atual contexto social, político e econômico, já que os educadores atribuem grande importância à escola para a preparação para o trabalho e para a vida, que assim é representada como forma de superar os altos índices

de desemprego nos dias atuais. A representação da educação como forma de ascensão social precisa ser refletida por todos nós, considerando mesmo o enorme contingente de pessoas que hoje fazem parte do exército de reserva, formado por jovens e adultos com baixa, média e até mesmo alta escolaridade.

As vantagens do oferecimento de educação continuada e da formação permanente dos educadores são muitas e aparecem também como reflexo no resultado da boa organização do trabalho pedagógico da EJA. Quando este processo define coletivamente as demandas, começa a discutir com a comunidade as suas verdadeiras e mais profundas necessidades educacionais e sociais, amplia o diálogo com a comunidade, procura conhecer os porquês da procura pela escola, detecta problemas nas relações pessoais e interpessoais seja na empresa ou na família, é possível estabelecer um programa que obedece a prioridades definidas democraticamente pelo grupo e organizar o trabalho pedagógico de forma carente e precisa.

O reconhecimento de alguns limites que devem ser superados para melhorarmos a organização do trabalho pedagógico da EJA mostra-nos o grau de criticidade e maturidade das apresentações realizadas. Aprendemos que temos ainda muito a aprender, que o professor tem dificuldade para mudar, para trabalhar com a diversidade na sala de aula, para fazer ciência e, portanto, para pesquisar o próprio cotidiano e, inclusive, a si mesmo. Os desafios de uma “metacompetência”, ou seja, de tornar o aluno autor do próprio conhecimento, apresenta-se inicialmente ao professor e a professora, que também precisam se transformar em autores antes de serem atores. Nesse sentido, a prática inovadora requer abertura e vontade de aprender, disposição para lidar com a diferença, com a multiculturalidade, com as dificuldades e obstáculos que se apresentam no cotidiano da sala de aula e da escola.

UM OLHAR PEDAGÓGICO SOBRE A EJA

O que torna a educação possível e necessária é o fato da modificabilidade humana. O homem é um ser que se transforma. Não a transformação meramente exterior, crescimento ou decadência, que é própria do vivo em geral, mas a transformação “interior”, que faz dele um ser histórico. O modo de vida animal é hoje o mesmo que há milhares de anos, o do homem se transmuda permanente. O mundo animal é o mundo da natureza, o homem é, para além do universo natural, o da cultura.

É a liberdade que, fundando a ação humana no que ela tem de próprio e característica, possibilita e justifica a tarefa da educação. É preciso pressupor a liberdade como princípio prático ou teórico, não é o caso de examinar a questão agora, para conceber a educação como esforço dotado de sentido, dirigido à formação do homem. Entretanto formar significa formar para algo.

De outro ponto de vista e em outro contexto, pode-se dizer que a “revolução copernicana”, realizada por Rousseau na pedagogia moderna, se prende a uma inspiração semelhante. Também Rousseau não se ocupa da fixação de fins perenes da educação.

Hoje no Brasil a educação de jovens e adultos é muito precária, pois as escolas precisam de professores realmente capacitados para atender essa demanda de pessoas, que claramente necessita de uma educação.

Sem falar da formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico deve ser uma preocupação de toda a educação, respeitados, naturalmente, os níveis de amadurecimento psicológico do educando, de acordo com a série e a idade. A educação deve proporcionar ao educando os meios necessários para entender o mundo em que vive e o momento histórico em que está situado e fornecer-lhes as armas para poder defender-se de influências nocivas para a sua própria vida e a da comunidade a que pertence, isto

especialmente em uma época em que os meios de comunicação, em particular a maioria maciça dos televisivos, tendem a tratá-lo como um ser passivo e manipulável. A sociedade, dominada por um hedonismo que substitui, com inusitada frequência, os valores pessoais que o ocidente pusera como os mais elevados, tende a transformá-lo num foguete, sujeito a perder-se no vício das drogas, da violência, do sexo irresponsável, do consumo pelo consumo, enfim, conduzindo ao triunfo do puro irracionalismo.

À medida que a lei é omissa em questão dessa importância, deve a consciência esclarecida do educador fazer as suas vezes e alçar esse objetivo ético e intelectual acima de quaisquer outros.

A alfabetização de jovens e adultos não consiste apenas em dois elementos, a pessoa aprende mais a pessoa mais que ensina. Um terceiro elemento deve entrar nessa equação: a natureza do objeto de conhecimento que envolve essa aprendizagem. Daí, ela deslocou o eixo da investigação do “como se ensina” para “o que se aprende”. O método, portanto, deixa de ser a questão mais importante para dar lugar à compreensão da escrita como sistema de representação. A escrita foi inventada no decorrer da história humana como representação da linguagem. Há um aspecto estático, fixo, imóvel na língua escrita, que é a sua grafia, a forma como se escreve; e há um aspecto dinâmico, que é a construção da língua escrita como sistema de representação do que as pessoas querem dizer, registrar, lembrar, comunicar, informar.

As etapas de desenvolvimento na construção do conhecimento da língua escrita são invariáveis, mas os ritmos diferem de pessoa para pessoa. Daí a dificuldade de trabalhar com turmas grandes e com a idéia (falsa) de que são homogêneas. Mesmo que se faça um teste inicial e agrupe os alunos por nível de conhecimento da língua escrita, em poucas horas de trabalho estarão em posições distintas, por causa do ritmo e das experiências prévias, que são diferentes em cada um. Em vez de olhar para o aluno enquanto “analfabeto” e dizer que

ele não sabe ou ele ainda não sabe isso ou aquilo, é melhor visualizar o que ele já sabe o que está aprendendo, e focar a observação nesse processo construtivo. Assim é possível acompanhá-lo e ajudá-lo no próximo passo. Quando se pode visualizar as mudanças como um processo de aprendizagem, tudo muda. Primeiro, porque há a satisfação de ver avanços onde antes não se enxergava nada.

O sistema educacional brasileiro vem acumulando, historicamente, elevados índices de reprovação e evasão principalmente no ensino da EJA, que impulsionaram a busca de alternativas e implementação de ações para o enfrentamento desses problemas. São muitas as razões que concorrem para a falta de sucesso, que se localizam muito mais no âmbito da escola e do sistema educativo do que propriamente no âmbito do aluno. Mas é este que acaba recebendo o rótulo do fracasso, que finalmente se reverte sobre toda a sociedade, pois ela precisa contar com todos os seus cidadãos formados na educação de base, se quiser atingir um nível de desenvolvimento digno e respeitável entre as nações.

A alfabetização não é, pois, a mera aquisição de uma técnica de decodificação da escrita, mas a instrumentalização, pelo conhecimento e pela consciência crítica, para a solução dos problemas reais do alfabetizando. No processo de alfabetização, a pessoa vai deixando a consciência ingênua e formando a consciência crítica da realidade, deixando de ser objeto da história para ser sujeito, ela é um ato de conhecimento e um ato político. A leitura põe a pessoa na posição de transformadora do contexto em que vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa bibliográfica foi que tivemos embasamento teórico para nos auxiliar em nossas metodologias, conteúdos, objetivos, didáticas, enfim para nos auxiliar na nossa prática pedagógica para com os alunos excluídos por não terem a mesma sorte que a nossa de poderem estudar e freqüentar escolas regularmente.

A alfabetização de adultos no Brasil tem uma demanda muito grande, pois, os adultos que não conseguiram fazer no seu tempo de estudante por não terem condições de freqüentar o ambiente escolar.

É muito difícil constituir turmas de adultos para serem alfabetizados, devido a suas resistências geradas por um fracasso no seu intento de aprender a ler e escrever relacionando ao que as pessoas iriam falar, depois de certa idade retornarem a sala de aula.

É bastante difícil, mas não é impossível desde que a educação seja valorizada garantindo condições adequadas de aprendizagem nas escolas, com a busca de vivências de relações democráticas no íntimo das mesmas e, sobretudo no permanente clima de aprendizagem, para nós futuros professores, pois só ensina quem aprende.

Nós como futuros educadores, temos que buscar através do conhecimento e das experiências harmonia entre nós professores e nossos alunos envolvendo também a família, a comunidade e a escola para sustentarmos o objetivo primordial que é a conquista de um ensino que muda a cara de um Estado.

Estamos vivendo um novo tempo no âmbito educacional, com imensos desafios a serem enfrentados com determinação, espírito crítico e clarividência. Somente a gestão democrática, que garante a participação de todos independente de idade ou classe social, tem condições de levar a escola brasileira a encontrar o seu verdadeiro caminho, portanto o ensino deveria ser ofertado com base em igualdade de condições para o acesso e a permanência na

escola, liberdade de propagar, ensinar e a aprender a cultura o saber e o pensar, expondo o respeito e a liberdade de expressão.

Através da pesquisa chegamos a conclusão que é difícil ensinar a ler e escrever a esses jovens e adultos é uma tarefa árdua onde nós futuros educadores e alunos temos que querer pois a alfabetização não se faz de um só e sim da soma de vários, e não fazer do aluno um ser passivo e sim um agente transformador.

Conclui-se então que a Educação de Jovens e Adultos em Sergipe e no Brasil está sendo uma modalidade de ensino de grande valia, que só tem melhorado e crescido a cada ano e que tem ajudado a muitas pessoas que precisam de educação gratuita para que reintegrem como cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres perante a sociedade.

Por derradeiro e sem a pretensão de querer esgotar esse estudo, percebe-se o empenho de todos que fazem parte da EJA – Educação de Jovens e Adultos, para que essa modalidade continue tendo bons resultados e contribua para a formação educacional de muitas pessoas, porém, ainda é preciso que se tenha mais apoio dos órgãos federais, estaduais e municipais, para que não estacione ou até mesmo acabe a EJA, já que se trata de uma modalidade de ensino primordialmente voltada para a inclusão social.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Meire. **“O que dá certo na EJA”**. Revista Nova Escola. Editora Abril. 184ª edição, Agosto, 2005.

CANESQUI, Ana Maria. BAETA, Anna Maria Bianchini.et al.Perspectivas e Dilemas da Educação Popular.2º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FRANCO, Creso. **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Art méd Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 38ª edição. Rio de Janeiro: Pás e Terra, 2004.

GARCIA, Walter E. **Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento**. 3ª edição. São Paulo, Mc Graw-Hill do Brasil (Rio de Janeiro), 1978.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FUCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de Adultos**. Relato de uma experiência construtivista. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. **A responsabilidade de União**. Estado e Município com a Alfabetização de Jovens e Adultos, 2003.

INDÚSTRIA, Serviço Social da. **(Série SESI em Educação do Trabalhador, 9)**, Brasília: SESI/DN, 2002.

MENESES, João Gulaberto de Carvalho. BARROS, Roque Spencer Maciel de. et al. **Estrutura e funcionamento da Educação básica – Leituras**. 2ª ed. atualizada São Paulo: Editora Pioneira, 2001.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB: lei nº 9.394/96**. São Paulo: Pioneira, 1999.